

1986 - A Repressão Fordista no ABC Paulista

Michel Willian Zimmermann de Almeida*

O presente artigo procura chamar a atenção para a classe trabalhadora brasileira no processo de consolidação da Nova República, destacando as relações entre patrões e trabalhadores no contexto do Plano Cruzado. Para tanto, procurou-se ao longo do texto caracterizar a realidade econômica pela qual passava o Brasil e que motivaram a criação de tal Plano. Assim, o artigo chama a atenção para três fatores; governo, trabalhadores e patronato; que analisados de forma isolada, não permitem uma visão ampla de causas e consequências, porém quando analisados de forma conjunta, nos permite a percepção da diversidade de interesses que estão em jogo em um plano de estabilização monetária e combate à inflação.

A estratégia militar de fazer uma transição para um governo civil de forma lenta, gradual e segura, fez com que se afrouxassem os mecanismos de controles sobre a população; em especial aos movimentos populares; disto afloram apelo País grupos de representatividades sociais motivados pelos problemas socioeconômicos que adquiriam naquele momento proporções alarmantes, “à visibilidade de seus aspectos econômicos, representados pela ameaça de hiperinflação, forte endividamento externo, recessão e desemprego, somou-se o reconhecimento da gravidade de seus componentes sociais e políticos”¹, diante de tal situação, a possibilidade da Nova República trazia à população esperanças de um futuro melhor. Assim para o setor econômico, o desafio situava-se em vencer a inflação e retomar o crescimento.

Conforme Carneiro², no início dos anos de 1980, o Brasil sentia-se da escassez de financiamento externo, o que dificultava cobrir o desequilíbrio da balança de pagamentos. Disto, a solução encontrada foi à desvalorização do Cruzeiro, para tanto, adotou-se a estratégia de contenção salarial, controle dos gastos governamentais, elevação das taxas internas de juros e a contração da liquidez real, pois, pretendia-se ampliar as exportações através do controle e reajustes. Tal estratégia obteve efeito na reversão da balança comercial, onde “após um déficit de 2,8 bilhões em 1980, a balança

comercial registrou em 1981 um superávit de 1,2 bilhão”³, todavia, a estratégia mostrou-se falha para o combate a inflação.

Celso Furtado⁴ chama a atenção para o fato de que o problema do combate a inflação brasileira estava na irracionalidade do sistema de decisões, que na incapacidade de distinguir os focos geradores de pressões inflacionárias, se apelava para o arrocho salarial, disparando as desigualdades sociais e a concentração da renda. Para Furtado, não basta apenas reforma fiscal, também é necessário que os setores com poder de decisão do governo cheguem a um consenso quanto ao “*âmbito de ação do governo e às prioridades a que deve obedecer a ação do Estado*”⁵. Assim, a eliminação dos focos de pressões inflacionárias, situadas nos incentivos à iniciativa privada e nos sobregastos do setor público, passariam por mudanças nos preços relativos, o que permitiria manter os níveis desejados das exportações, sem reduzir a produtividade e sem gerar tensões sociais.

A riqueza produzida pelo Brasil contrastava com a pobreza de sua população, Diniz⁶ chama a atenção para a posição de 8º lugar, ocupada pelo Brasil em 1980, entre as maiores economias industriais do mundo, o que não condizia com o salário mínimo de US\$ 40,00 da época. Em 1985; ano em se implanta a Nova república; cerca de 42% da população economicamente ativa, possuía uma renda mensal próxima a um salário mínimo e próximo dos 60% possuíam uma renda de até dois salários⁷.

Assim, a Nova República nasce sob grandes expectativas, à população aguardava por reformas administrativas, políticas e econômicas, que pudessem reparar as desigualdades na distribuição da riqueza do País. O novo Presidente; Tancredo Neves; anunciava medidas que vinham ao encontro desses anseios, como a liberdade de expressão e organização, legalização dos partidos políticos; inclusive os de esquerda; e concessão do voto aos analfabetos. Determinou também a restauração das atribuições do Legislativo e convocou as eleições gerais para 1988, além chamar a elaboração de uma nova Constituição Federal.

*Mestrando em História pela Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possuindo bolsa de estudos da CAPES.

¹DINIZ, Eli. Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985 – 95. Rio de Janeiro: 1997, p.41.

²CARNEIRO, Dionísio Dias. MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva Abreu. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Porto Alegre: Campus, 1990, p.323.

³Ibidem, p.327.

⁴FURTADO, Celso. A nova dependência. 2 ed. Rio de Janeiro: 1982, p.68-69.

⁵Ibidem, p.69.

⁶DINIZ, op cit. p.45.

⁷Para uma melhor compreensão a quanto das disparidades sociais do Brasil nos anos 1980, ver. DINIZ (1997), p.45-54.

Entretanto, com o falecimento do Presidente Tancredo Neves, José Sarney; que possuía pouco carisma popular, e era oriundo das alas conservadoras que haviam dado sustentabilidade ao Regime Militar; assume a Presidência gerando um clima de desconfiança a respeito do novo Presidente e suas posições. No campo econômico, entre fevereiro de 1985 e 1986 a inflação acumulada ultrapassa os 255% a.a. configurando uma hiperinflação de mais de 15% ao mês, o que leva o governo federal a decretar em 28 de fevereiro de 1986 o plano cruzado, que, segundo PETRY, consistia nas principais medidas:

- a) Congelamento de todos os salários, reajustados em 1º/03/86 pela média dos últimos 6 meses, descontadas as antecipações, mais um abono de 8%, e a fixação do salário mínimo em Cz\$ 804,00;
- b) Congelamento de todos os preços à vista, vigentes em 28/02/86 (congelado no pico), definidos em tabelas de preços oficiais;
- c) Congelamento das prestações do BNH, dos aluguéis, das mensalidades escolares, calculadas as médias dos últimos seis meses;
- d) Reforma Monetária, com a extinção do cruzeiro (Cr\$) e a criação do cruzado (Cz\$) correspondente a mil cruzeiro; extinção da correção monetária; a substituição da ORTN pela OTN, com valor fixado até março de 1987; e congelamento da taxa de câmbio do dólar americano;
- e) Criação da escala móvel de salários, com reajustes automático toda vez que a taxa de inflação acumulada, medida pelo IPC, atingir 20%, a inflação na data-base;
- f) Criação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado mensalmente, pelo IBGE, passando a ser a medida oficial da inflação; e, correção monetária trimestral, conforme o IPC, aplicável às cadernetas de poupança, FGTS e PIS/PASEP;
- g) A fiscalização dos preços será exercida pela população e a punição dos infratores ficará a cargo da SUNAB e polícia federal⁸.

As esperanças de vitória sobre a inflação depositadas no plano eram muitas, confirme Modiano:

Apagada a memória do processo inflacionário com a desindexação, as taxas mensais de inflação da nova moeda não manterão qualquer relação com as taxas mensais de inflação do combalido cruzeiro. Em média não deverão superar a marca de 1% ao mês. Tampouco deve-se temer a continuidade da inflação na nova moeda (mesmo num patamar muito baixo) pois a realimentação inflacionária em cruzados é mínima⁹.

Entretanto, passados os primeiros meses de euforia com o término da hiperinflação, o país mergulha novamente em um caos econômico, diante do tabelamento, comerciantes que tentavam aumentar os seus preços passam a ser denunciados pelos “fiscais do Sarney”, tendo seus comércios fechados temporariamente pela SUNAB¹⁰. Diante do surto de consumo, mercadorias desaparecem das prateleiras; devido a insuficiência de capacidade produtiva da indústria, ou porque foram escondidos por grupos econômicos que passavam a cobrar ágio.

Disto, atacadistas e comerciantes começam a forçar o aumento dos preços, até que é deflagrada uma série de greves. Pois, com os salários congelados e diante da falta de produtos básicos no varejo, os trabalhadores tinham de pagar mais caro por produtos oriundos do mercado paralelo que se criara.

Desta forma, setores do governo passam a acusar camadas do empresariado de sabotarem o plano, o empresariado acusa os trabalhadores e estes amargam o arrocho salarial e a falta de produtos básicos. Diniz¹¹ chama a atenção à rejeição das Associações Comerciais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, quanto aos atos do governo, em especial aos aumentos dos impostos. Entretanto, quanto ao Plano Cruzado, tanto a FIESP quanto a FIRJAN, manifestaram o seu apoio ao plano, porém a CUT e a CONCLAT¹², logo se colocaram contrários ao Cruzado, por entenderem que prejudicaria aos interesses dos trabalhadores.

O certo, é que não demorou para que setores do empresariado reclamassem dos congelamentos, e passassem a exercer pressões sob o Presidente para o seu fim. No campo da indústria de bens duráveis, as grandes montadoras de automóveis adotam como estratégia contra o tabelamento dos preços, a não entrega de 60% dos automóveis à rede de concessionárias até que fosse autorizado o reajuste dos preços, dessa forma os consumidores tinham que esperar até 120 dias para receberem os seus automóveis.

Elizabeth Silva chama a atenção para a denúncia de que a Ford possuía de seis a sete mil veículos estocados para o mercado nacional, enquanto o normal era cerca de 750 unidades. Após o envio de auditores para a verificação na Volkswagen, General Motors, Ford, Mercedes Benz e Saab Scania as denúncias foram confirmadas:

“A Ford alegou estar estocando os carros devido à falta de componentes. A GM afirmou o mesmo, acrescentando que a produção ainda não havia voltado ao normal devido as recentes paralisações. A Volkswagen alegou que o alto nível de seus estoques era em parte devido a problemas relacionados ao controle de qualidade e em parte por serem

⁸PETRY, Almiro. *Realidade econômica II: Problemas*. In: SCHNEIDER, José Odelso. et. al *Realidade Brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 1988, p.114-115.

⁹MODIANO, Eduardo. *Da inflação ao cruzado: A política econômica no primeiro ano da Nova República*. Rio de Janeiro: 1986. p.112-113

¹⁰Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços.

¹¹DINIZ, op cit. p.55.

¹²Central Única dos Trabalhadores e Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, respectivamente.

esses automóveis destinados ao mercado externo. Um aumento de preços foi finalmente autorizado, mas as empresas foram obrigadas a vender os automóveis estocados pelo preço anterior ao aumento”¹³.

No entanto, o aumento não foi exatamente o que as montadoras esperavam, desta forma passaram a reduzir o ritmo de produção criando listas de esperas para a aquisição de carros novos, o que fez com que os carros usados se tornassem mais caros do que os novos gerando assim desestabilidades na indústria de autopeças com os cancelamentos de pedidos por parte das montadoras. A Mercedes Benz recusou-se a receber 150 caminhões carregados de autopeças e decidiu dispensar 4.500 funcionários por dez dias, o Ministério do Trabalho entrevistou forçando a Mercedes Benz a cancelar as dispensas, por sua vez a montadora conseguiu baixar os preços de seus fornecedores.

Em entrevista, o diretor de marketing da Ford afirmou que “[...] *o mercado externo merece absoluta prioridade; por maior que seja a procura interna [...] não hesitaremos em retirar os automóveis necessários do mercado interno para vendê-los a preços melhores*”¹⁴. Assim, em consequência ao desabastecimento o governo passa a estudar a possibilidade de importar produtos que julgue necessário. No dia 01 de julho de 1986 o jornal Zero Hora de Porto Alegre, publica em sua manchete de capa as intenções do governo federal.

Governo estuda importação de carros, pneus e têxteis:

[...] poderia ser autorizada a importação pela iniciativa privada diretamente dos países da América Latina, como a Argentina, por exemplo. Os técnicos da SEAP reconhecem, no entanto que a importação de automóveis depende de uma decisão política, pois “mexe com uma área muito delicada” adiantam [...]”¹⁵

Além da notícia sobre a possibilidade de importação de produtos do exterior, que é de suma importância por si só, chama a atenção à frase dos técnicos da SEAP, ao se referirem à indústria automobilística: “*mexe com uma área muito delicada*”. A partir desta observação, entraremos em nosso objeto de estudo propriamente dito.

Apesar de a Ford ter começado suas atividades no Brasil em 1919, apenas em 1957 se registrou a primeira disputa judicial, sendo que “*nos vinte anos seguintes, 1957 – 1977, foram perdidas apenas oito dias e nove horas com disputas judiciais*”¹⁶. No entanto, isso se deve principalmente a intervenção do Estado nas

questões trabalhistas através da legislação do trabalho e as medidas repressivas adotadas pelos governos militares.

Em fins da década de 70, as relações industriais começam a se transformar, os trabalhadores passam a desenvolver técnicas alternativas de greve, já que o ato ainda era proibido por lei, e com base na lei de segurança nacional as greves eram sufocadas com violências físicas e demissão por justa causa. Desta forma tornava-se necessário um novo método de greves. Segundo SILVA¹⁷, na primeira greve em conjunto nas empresas automobilísticas e em indústrias de autopeças, os trabalhadores simplesmente pararam ao lado de suas máquinas e permaneceram em silêncio; sem saber quem eram os líderes; o patronato chamou o sindicato dos trabalhadores a cada uma das fábricas para negociar em nome dos trabalhadores, sendo que na Ford, a greve persistiu por um tempo maior¹⁸.

Por conta disto, a FIESP passou a recomendar que seus membros adotassem estratégias contras as greves, indicando as seguintes táticas:

- a) Não pagar, em nenhuma hipótese, horas paradas e não estabelecer quaisquer acordos de indenização, pois não existindo no Brasil fundo de greve, esse será um excelente recurso para as empresas.
- b) Tentar de todas as formas, colocar os grevistas na via pública [...] [para] envolver o poder público [...] [e] exercer uma pressão psicológica sobre o Sindicato do Empregados [...].
- c) Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na Fábrica, sob condição de trabalharem e não cumprirem o prometido. Em última instância, dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após [...] pedir aos trabalhadores que executem uma certa tarefa. (A negativa caracterizará um ato de insubordinação)¹⁹.

As reivindicações por salários e melhores condições de trabalho se seguiam até 1982, com o agravamento da crise econômica, as empresas passaram a realizar demissões em massa, enfraquecendo o poder de reação dos sindicatos. Aproveitando-se desta realidade, as empresas passaram a demitir prioritariamente os operários envolvidos no sindicalismo, pois, podiam alegar que as demissões se davam por conta da recessão econômica em que o País se encontrava. Assim, essas medidas intimidavam e disciplinavam os trabalhadores, ao mesmo tempo em que a produção de automóveis recuperava o seu crescimento entre 1982 e 1986, apesar

¹³SILVA, E. B. *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo: Hucitec, 1991, p.280.

¹⁴Revista Veja, 11/6/1986, p. 118.

¹⁵Jornal Zero Hora, 01/7/1986, p. 25.

¹⁶SILVA, op cit. p. 243.

¹⁷Ibidem, p. 249.

¹⁸Somente após cinco dias de paralisação é que a Ford aceitou negociar com os trabalhadores.

¹⁹RAINHO, 1983, p. 213. Aphud: SILVA, 1991, p. 249-250.

de uma pequena baixa na produção em 1984, porem não como a de 1981, conforme o quadro abaixo:

Produção de veículos na década de 1980 ²⁰			
Ano	Veículos	Ano	Veículos
1980	933.152	1985	759.141
1981	585.834	1986	815.152
1982	672.589	1987	683.380
1983	748.371	1988	782.411
1984	679.386	1989	730.992

A nova composição do governo federal, que passava agora as mãos dos civis, iniciou o seu mandato dando sinais de que se atravessava para uma nova fase nas relações entre trabalhadores e patronato. A escolha de Almir Pazzianotto para o Ministério do Trabalho, a devolução dos sindicatos que estavam sob intervenção para as suas categorias, a promessa do fim do intervencionismo federal no sindicalismo, anistia dos sindicalistas cassados, estímulo para as negociações entre trabalhadores e empregadores, reconhecimento do direito de greve e aumentos reais do salário mínimo; acima da inflação, enchiam os trabalhadores de sonhos e esperanças para a nova fase política que se iniciava com um governo federal civil.

Acrescenta-se a isso um plano econômico que prometia recolocar o Brasil nos “trilhos do desenvolvimento”, combinando esperanças e expectativas com um sentimento de união nacional. Assim o pacto social proposto pelo governo federal com relação ao plano cruzado, o congelamento dos preços e o chamamento da população para atuarem não mais como tele-espectadores, mas agora como atores, ou melhor, como fiscais, trouxe grande prestígio ao Presidente José Sarney, que dirigia um discurso diretamente às classes populares, superando suas entidades representativas. “*Não são os sindicatos que são chamados a fiscalizar os preços, mas os indivíduos*”²¹.

Todavia, as dificuldades econômicas do país eram visíveis, assim como a falta de produtos no mercado, o aumento dos preços por causa do ágio e a multiplicação das greves. No entanto, neste contexto de pacto pelo plano Cruzado, as reivindicações trabalhistas passam a encontrar grandes dificuldades para atingir a opinião pública, o Presidente da República, se aproveitando da sua popularidade passa a atacar a CUT, o PT e o então Governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, acusando-os de inimigos da nação. O mesmo acontece com os movimentos reivindicatórios, que são tratados por parte da mídia como atentados contra o plano econômico:

Greves contra o Cruzado

[...] o açodado e irresponsável surto de greves que começa a se espalhar no país [...]. Não há dúvida de que os maiores beneficiados pelo plano cruzado foram os assalariados, que conheceram uma expressiva melhora em seu poder aquisitivo. Fingindo desconhecer este fato, defendendo ainda maiores aumentos salariais, impossíveis de ser concedidos sem que se comprometa toda a estratégia antiinflacionária, lideranças sindicais tão precipitadas quanto irracionais podem trazer de volta o panorama de alta desenfreada de preços, estagnação econômica e desemprego superado a largas custas²².

Diante da importância em se manter a viabilidade do plano cruzado, e do empenho exercido pelas classes populares em atender ao chamado do Presidente da República para fiscalizarem o tabelamento dos preços, a população de modo geral deixou para segundo plano as lutas nas questões trabalhistas e sociais, absorvendo um discurso nacionalista que beirava ao populismo. Desta forma a retirada de direitos importantes dos trabalhadores como: “*o direito de beber água na fábrica, a coleta direta das contribuições sindicais dos holerites dos trabalhadores e um decréscimo no pagamento de horas extras de duas vezes para uma e meia*”²³, pela montadora de automóveis Ford, passaram por despercebidos pela população.

Passados alguns dias a direção da Ford solicitou que os trabalhadores realizassem horas extras, a comissão de fábrica aceitou o pedido, no entanto poucos trabalhadores compareceram, provocando perdas para a empresa, que passou a pressionar individualmente os trabalhadores. “*A gerência lembrou-os de que poderiam perder seus empregos se não concordassem com as exigências da empresa*”²⁴.

A Ford passou também a impedir os trabalhos da comissão de fábrica, que no dia 14/7/1986 organiza um protesto na tentativa de convencer aos demais colegas trabalhadores a não cederem as intimidações da empresa. Entretanto, ao tentar atravessar a linha de piquete, um trabalhador foi impedido por um dos membros da comissão. Tal ato serviu de pretexto para que a Ford alegasse que teria ocorrido no momento uma agressão física e suspendeu o funcionário membro da comissão por 30 dias, desrespeitando a sua estabilidade de mandato.

Ao se investigar o ocorrido não se encontrou provas de tal agressão, porem a empresa encaminhou o processo de afastamento seguido de demissão por justa causa, numa clara tentativa de intimidação, mostrando que nem mesmo funcionários que possuíssem estabilidade por exercerem cargos sindicais estavam livres das demissões, em protesto, houve a paralisação

²⁰ ANFAVEA, (2007).

²¹ BRAVA. In: LUANOVA, 1987, p.53.

²² Jornal Folha de São Paulo, 17/7/1986, p.02.

²³ SILVA, op cit. p. 284.

²⁴ Ibidem.

dos funcionários do setor onde trabalhava o membro da comissão, exigindo a sua readmissão. No dia seguinte, os onze mil funcionários da fábrica entraram em greve reivindicando além da readmissão do funcionário e o direito de funcionamento da comissão, um aumento de 20% nos salários, o fim das intimidações por parte da gerência e a ampliação dos direitos da Comissão de Fábrica.

Cabe ressaltar aqui que as comissões de fábrica representavam uma importante conquista dos trabalhadores, sendo eleita através de voto direto e secreto. Possuíam estatutos e estabilidade de emprego reconhecida por contratos registrados em tribunais do trabalho, sendo que a comissão de fábrica da Ford, funcionava desde 1981.

No dia 16/7/1986, o jornal Folha de São Paulo noticiava a greve:

Trabalhadores da Ford do ABC param o trabalho

Os 11.000 trabalhadores pedem um aumento de 20% nos salários e mudanças na política interna. Segundo Diogo Clemente, diretor assistente de relações industriais da Ford, as reivindicações contrariam a política econômica do governo, um total de 12.890 estão em greve em São Bernardo e Diadema²⁵.

Esta edição da Folha de São Paulo chama ainda a atenção de que na primeira quinzena de julho, ocorreram 61 greves envolvendo 45.360 trabalhadores e neste dia, ocorriam 23 greves por aumentos de salários. Decidida em não negociar com os operários, após 10 dias de greve a direção da fábrica chamou um batalhão da Polícia Militar, que reprimiu os grevistas com violência, conforme ALVES²⁶, os trabalhadores foram obrigados e entrarem na fábrica por um corredor polonês de policiais militares. A Comissão de Fábrica foi dissolvida com a suspensão de 24 dos seus 28 membros, sendo que os 4 restantes estavam em férias.

Um total de 204 trabalhadores foram demitidos por justa causa, inclusive membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) que possuíam estabilidade garantida pela própria legislação do trabalho. Somente após diversas pressões exercidas pelo sindicato a montadora aceitou pagar os direitos trabalhistas de alguns dos funcionários demitidos, Jarí Meneguetti, representante da CUT, em entrevista a Folha de São Paulo, declarou que esta era a segunda violência da Ford contra os trabalhadores.

Sem a legítima representatividade da Comissão de Fábrica, as condições de trabalho na Ford, pioraram de forma significativa:

“A velocidade das linhas foi aumentada no período da manhã para que a produção não fosse prejudicada por possíveis interrupções ao final do dia [...] a linha respot, cuja velocidade foi aumentada de 1 minuto e 15 segundos para apenas 48 segundos. Os dez minutos de descanso, para se lavar, antes do almoço e ao final do turno foram eliminados, e os atestados assinados pelos médicos do sindicato passaram a não ser mais aceitos pela empresa”²⁷.

Desta forma a Ford, conseguiu ampliar a sua produção em 20 carros por dia, mesmo com uma baixa de 204 trabalhadores. Em outubro de 1986, 105 carros foram danificados no interior da fábrica ou montados com peças erradas. A direção da Ford acusou a extinta Comissão, a CUT e o Partido dos Trabalhadores pelo ato, alegando que a sabotagem pretendia prejudicar as boas relações de trabalho na fábrica.

Um importante aspecto deve ser ressaltado, que é o interesse da Companhia na implantação do programa de Trabalho Participativo. Tal programa já vinha sendo adotado pela Matriz da Ford nos Estados Unidos, e buscava amenizar os conflitos entre empresa e trabalhadores, proporcionando que os segundos pudessem participar de decisões relacionadas ao trabalho no interior da fábrica.

Aproveitando-se da crise de empregos na indústria automobilística norte-americana a Ford argumentou aos trabalhadores que se o programa não fosse aceito, fábricas poderiam ser fechadas e diante do medo do desemprego, não houve grandes resistências à implantação do programa. A empresa aproveitou-se de um momento onde as grandes montadoras norte-americanas estavam fechando suas unidades nos EUA, e transferindo a produção para países emergentes, onde o custo da mão de obra é significativamente mais barata.

Na filial brasileira, o Programa de Trabalho Participativo, já vinha sendo implantado desde 1984, através de uma profunda pesquisa da Ford sobre o universo de seus próprios funcionários e a implantação de cursos de treinamento. No entanto, sem obterem sucessos devido às resistências da Comissão de Fábrica, que agora estava dissolvida. Um dos pontos-chaves do programa era justamente o de transferir para o trabalhador a responsabilidade e a oportunidade de optar sobre alguns aspectos da empresa. Procurava-se assim substituir o poder das Comissões de Fábrica e do Sindicato, por pequenos grupos de trabalhadores que passavam a disputar entre si cotas de produção, idéias e sugestões em troca de prêmios mensais, criando desta forma novas relações entre trabalhadores e empregadores sem a interferência do sindicalismo.

As tentativas de retirada dos direitos dos trabalhadores não eram novas. Apesar do amplo apoio do empresariado no que diz respeito à implantação da Nova

²⁵ Jornal Folha de São Paulo, 16/7/1986.

²⁶ ALVES, M. H. M. SILVA, R. A. da. Nas fábricas, a volta dos velhos tempos. *Lua Nova*, São Paulo, v. 3, n. 3, jan/mar. 1987. p. 48-50.

²⁷ SILVA, op cit. p.286.

República, nas questões trabalhistas se esperava pela manutenção dos recursos autoritários. Assim, a declaração de ilegalidade das greves caracterizou-se como uma das bandeiras defendidas pelos empresários através da CNI²⁸, solicitavam também a “*intervenção governamental nas atividades sindicais e proibição da formação de comissões de fábrica*”²⁹.

Neste contexto de redemocratização da política brasileira, mudanças no campo econômico, disputas políticas e de relações de poder entre empresas e sindicatos, as atuações sindicais buscavam não somente os resultados imediatos como, por exemplo; aumentos de salários; mas sim algo maior e que pudesse garantir melhores condições de trabalho por lei. Nesse sentido surge no campo político a questão da Nova Constituição, onde apesar do debate já não ser novo, a derrota dos sindicatos nas lutas por aumentos de salários, e na incapacidade de dar uma resposta ao empresariado, como no caso da Ford, deixou o sindicalismo em frágil condição reivindicatória para as discussões que se sucederiam.

A esse respeito, Diniz³⁰ chamou a atenção para a aliança entre o empresariado na luta contra os movimentos grevistas e o fortalecimento da economia de mercado. Desta forma, de posse de uma série de sugestões que incluíam alterações nas áreas sindicais, trabalhistas e tributárias, os empresários passaram a concentrar forças a fim de enviarem o maior número possível de representantes para as discussões da Assembléia Nacional.

Diante de um quadro onde as reivindicações trabalhistas e sociais passavam a serem criminalizadas, por romperem com o pacto social, e a existência de um grupo organizado e detentor de grande poder econômico, a disputa de forças pela hegemonia nas decisões, transformaram-se profundamente. Isso devido à redução da capacidade de influência popular, como ficou evidente na falta de apoio a greve e na facilidade com que a montadora Ford pode impor a sua vontade perante aos trabalhadores, demonstrando que o sindicalismo havia perdido grande parte do seu poder de barganha, assim, os trabalhadores tiveram pouca representatividade na elaboração da Nova Constituição, já que as representações dos trabalhadores ficaram próximas dos 10%, enquanto que a representatividade do empresariado girava em torno dos 30%, ou seja, algo em torno de 1:3³¹.

Evidenciamos assim que o estudo de um fato histórico requer uma análise mais ampla do que o estudo do fato por si só. A greve desencadeada na fábrica da Ford de São Bernardo do Campo em julho de 1986 revela um Estado dilacerado por problemas socioeconômicos, onde as grandes empresas conseguem se sobrepor ao poder

federal a ponto de quando lhes convém, boicotar o plano econômico que guardava as esperanças do controle inflacionário. Ao mesmo tempo em que a população ansiosa por um “novo milagre econômico” abria mão do seu papel reivindicatório se dissolvendo no corpo fiscalizador do Estado.

Diante da falta de um apoio popular, que pudesse exercer pressões sobre o Estado e ao grande empresariado, o movimento sindicalista ficou com pouco poder de atuação, já que era transmitida para a população a idéia de pacto nacional pelo plano Cruzado, onde o papel do trabalhador era o de fiscalizar os preços congelados, em um contexto onde a greve passava a ser considerada uma traição a pátria. Este contexto social tornou-se favorável para que o empresariado pudesse agir livremente nas relações trabalhistas, como foi exposto no caso da Ford, onde os trabalhadores sofreram perdas de direitos que já pareciam estabilizados, como: direito de sindicalização no interior da fábrica e estabilidade.

Assim, aproveitando-se de um contexto favorável, a Ford pode fazer uso de mecanismos repressivos a fim de dissolver a comissão de fábrica que se colocava como um entrave à implantação do Programa Participativo. Pois a partir disto, pode instaurar um sistema interno que privilegiava o individualismo e competição entre os trabalhadores, marginalizando o sindicalismo no interior da fábrica.

²⁸Confederação Nacional da Indústria.

²⁹DINIZ, op cit. p.49.

³⁰Ibidem.

³¹Diniz, (1997), informa que se considerarmos os deputados que possuíam claros vínculos com os grupos empresariais, tais grupos chegam a ocupar 45,26% das cadeiras constituintes.